
A PRODUÇÃO DE ESCALAS NO SUL E NO SUDESTE DO PARÁ: A ATUAÇÃO DA CPT EM ÁREAS DE MINERAÇÃO DA VALE S.A.¹

THE PRODUCTION OF SCALES IN THE SOUTH AND SOUTHEAST OF PARÁ CPT'S ACTING IN VALE S.A.'S MINING AREAS

Luciana Riça Mourão Borges²
Victor da Silva Oliveira³
Hugo Rogério Hage Serra⁴

RESUMO: Ao partir da relação entre as escalas e as diferentes formas de atuação de atores e sujeitos sociais este trabalho possui o objetivo de analisar a Comissão Pastoral da Terra na defesa de populações afetadas por projetos de mineração e a produção mineral de longo alcance da Vale S.A., na região Sul e Sudeste do Pará. Compreende-se que as escalas da ação são conflitantes, o que as torna elementos conceituais que servem como ponto de partida para a metodologia aqui apresentada. Para tanto, foram realizados levantamentos bibliográficos acerca do tema, levantamento e tratamento de dados secundários, bem como pesquisa documental feita em acervos da CPT nas localidades e municípios que possuem atividades de mineração no Sul e no Sudeste do Pará. A análise das relações entre esses atores e a produção de escalas decorrentes de suas ações nesse recorte regional mostram a diversidade de situações contraditórias que envolvem a produção econômica da mineração e a população regional.

Palavras-chave: Produção de escalas. Mineração. Vale S.A. CPT. Sul e Sudeste do Pará.

ABSTRACT: Starting from the relationship between the scales and the different forms of action of actors and social subjects, this work aims to analyze the Comissão Pastoral da Terra in defense of populations affected by mining projects and the long-range mineral production of Vale SA, in

1 Artigo produzido a partir de resultados parciais do projeto de pesquisa “Energia e Mineração: efeitos territoriais de projetos hidro-elétricos e de exploração de recursos minerais no contexto do sul e sudeste do Pará”, desenvolvido em âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa em Território, Região e Políticas do Desenvolvimento na Amazônia (Gepeam) do Instituto de Estudos do Trópico Úmido (IETU) e do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa).

2 Professora Adjunta do Curso de Geografia do Instituto de Estudos do Trópico Úmido da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Ietu/Unifesspa. E-mail: luciana.rmborges@unifesspa.edu.br.

3 Professor Adjunto do Curso de Geografia do Instituto de Estudos do Trópico Úmido da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Ietu/Unifesspa. E-mail: victorsoliveira@unifesspa.edu.br.

4 Professor Adjunto do Curso de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – ICH/Unifesspa e do Laboratório de Estudos Regionais e Agrários do Sul e Sudeste do Pará – Lerassp. E-mail: serra@unifesspa.edu.br.

Artigo recebido em fevereiro de 2020 e aceito para publicação em agosto de 2020.

scope of the South and Southeast of Pará. It is understood that the scales of action are conflicting, which makes them conceptual elements that serve as a starting point for the methodology presented here. To this end, bibliographic surveys were carried out on the subject, collection and treatment of secondary data, as well as documentary research carried out on CPT collections in the localities and municipalities that have mining activities in the South and Southeast of Pará. The analysis of the relationships between these actors and the production of scales resulting from their actions in this regional context show the diversity of contradictory situations involving the economic production of mining and the regional population.

Keywords: Scale production. Mining. Vale S.A. CPT. South and Southeast of Pará.

INTRODUÇÃO

O termo escala, geralmente, é direcionado para assuntos que envolvem a proporcionalidade matemática entre o espaço representado e a realidade. Pelo seu uso recorrente, o verbete já se encontra difundido no imaginário, em algumas práticas cotidianas e, principalmente, no processo educativo nas escolas através de estudos matemáticos e geográficos. Estes últimos, por sinal, consagraram a escala como algo fundamentalmente ‘cartográfico’. Como se torna algo usual, pelos critérios há pouco expostos, a escala parece se estabelecer nas discussões como algo reificado ou, de modo mais direto, algo coisificado; ou ainda, nos termos de Castro (1995), ela é uma fração da realidade.

No entanto, Castro (1995) já alertara que a noção matemática de escala se torna insatisfatória quando há uma reclusão conceitual aos termos cartesianos e, da mesma forma, não se problematiza aquele tema como um fenômeno produzido socialmente. Nesse ponto, há uma ampla possibilidade de se questionar a ação da escala a fim de, por exemplo, compreender questões intrínsecas a esse conceito, tais como o desenvolvimento regional.

Nas regiões Sul e Sudeste do Pará, as divergências entre organizações, movimentos sociais e a Vale S.A. são exemplos de como a escala da ação – construída por diferentes sujeitos e agentes – manifesta-se e/ou se projeta no território de forma, também, conflitiva. Além disso, o Estado também se torna outro sujeito da trama territorial, muitas vezes enquanto mediador (entre suas diversas outras funções e atribuições) e se manifesta a partir de uma escala que, contemporaneamente, é estimulada por interesses de mercado, o que acaba por imprimir à região uma complexidade ainda maior na compreensão do desenvolvimento regional, sobretudo na Amazônia.

Ao se partir da relação entre as escalas e as ações de diferentes agentes e sujeitos, este trabalho possui o objetivo de analisar a produção das escalas da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na defesa de populações afetadas por projetos de mineração, bem como da Vale S.A. e sua vasta produção de minérios nas regiões Sul e Sudeste do Pará.

O estudo em questão apresenta resultados parciais decorrentes da pesquisa Energia e mineração: efeitos territoriais de projetos hidroelétricos e de exploração de recursos minerais no contexto do Sul e do Sudeste do Pará⁵. Especificamente, investiga-se a construção de projetos de infraestrutura relacionados à mineração e às usinas hidroelétricas, os quais modificam o espaço geográfico local e regional desde os anos 1960 aproximadamente.

Ao se entender que as escalas da ação são conflitantes no Sul e no Sudeste do Pará, compreende-se que esse elemento conceitual também se torna ponto de partida para a metodologia aqui apresentada. Para tanto, os argumentos levantados por Castro (1995), Silveira (2004) e Brandão (2010) são necessários ao debate, bem como o resultado de pesquisa feita em acervos

da CPT por meio da análise documental em secretarias da entidade nas diversas localidades e municípios que possuem atividades de mineração no Sul e no Sudeste do Pará. Com isso, este trabalho está estruturado em três seções, além desta introdução e de uma conclusão.

No primeiro momento, realiza-se um breve debate sobre o conceito de escala para além de seu escopo cartográfico, ao mesmo tempo em que se insere a importância do espaço geográfico nesse conceito. Toma-se o conceito de escala a partir de sua dimensão, em que o fenômeno observado não parte da representação do espaço como algo motivador da pesquisa (tal como se pretende neste trabalho) ao se conceber o embate entre a CPT e a exploração que a Vale S.A. imprime em (sub)solo paraense. Para além disso, compreende-se a escala a partir de sua dimensão geográfica ou, como aponta Harvey (1980, 2000), até aonde o fenômeno alcança, o que, certamente, faz mudar a composição política das relações de poder entre os diferentes grupos sociais em uma região como o Sul e Sudeste do Pará. À escala, imputa-se um mecanismo do *modus operandi* inerente à configuração territorial de questões particulares, as quais, por força da relação sociedade-natureza, modificam-se conforme o conteúdo espacial que se apresenta.

Em um segundo momento, empreende-se uma caracterização e um dimensionamento da produção global de minério no Sul e no Sudeste do Pará a fim de se saber quais os resultados que a mineração, aqui personificada a partir da Vale S.A., obtém com a exploração de *commodities*. Dessa forma, o esforço realizado nessa seção tem a pretensão de apresentar um panorama sobre a produção de minérios nas regiões Sul e Sudeste do Pará. As informações apresentadas buscam congrega elementos que caracterizam a operação da extração mineral e a possibilidade de abstrair compressões sobre a produção das escalas a partir de uma lógica global. No entanto, esse exercício é exclusivamente de ordem teórica. Busca-se, na sequência, apresentar dados que exponham a vinculação teórica anteriormente debatida com a realidade analisada. As informações trazidas estão organizadas em dois blocos, a saber: o primeiro, relativo à comercialização externa dos produtos minerais extraídos e produzidos no Sul e no Sudeste do Pará. A fonte fora a Secretaria de Indústria, Comércio Exterior e Serviços⁶, vinculada ao Ministério da Economia. O segundo bloco, obtido a partir da Relação Anual de Informações Sociais (Ministério da Economia). Para o corte temporal, optou-se por analisar o ano completo mais recente de cada um dos bancos de dados acima citados. Dessa maneira, o ano de 2019 para os dados de Comércio Exterior e o ano de 2018 para dados do trabalho. Para fins de compreensão das transformações em anos recentes, foram selecionados outros três anos: 2015, 2010 e 2007⁷. Em âmbito escalar, para fins de comparação das curvas de crescimento e para estabelecer o peso da produção mineral para a região em tela, dentro das possibilidades e da necessidade, utilizou-se o recorte estadual e o recorte nacional. Além disso, esse paralelo é vetor para posicionamento da produção da escala da mineração em âmbito nacional e sua capacidade de barganha política *vis-à-vis* para agentes de ordem local, como a CPT.

Por fim, em um último momento, apresentam-se as ações da CPT junto a populações afetadas pelos projetos de mineração, como modo de resistência e como elemento central na compreensão da escala frente à atuação da Vale S.A. no Sul e no Sudeste do Pará. É preciso destacar que essa entidade atua junto a diversas populações que tenham seus direitos à terra e ao território, em alguma medida, subsumidos ou retirados em função de atividades industriais ou econômicas em larga escala. Busca-se realizar uma análise em contraposição ao que esteve em discussão nos tópicos anteriores. Pretende-se apresentar, assim, uma leitura empírica a partir de um estudo de caso, ou uma amostra de como a discussão de ações locais realizadas pela CPT junto a populações afetadas direta ou indiretamente por ações de grandes mineradoras, tal como é o caso da Vale S.A. Pretende-se, ainda, apresentar um resgate histórico de implantação da Vale S.A. nas regiões do Sul e do Sudeste do Pará,

assim como também, as ações realizadas por movimentos e organizações de sujeitos sociais que combatem violações de direitos territoriais das populações atingidas por esses projetos.

A ESCALA ESPACIAL COMO PONTO DE PARTIDA E A PRODUÇÃO DAS ESCALAS COMO PONTO DE CHEGADA

A tomada empírica do sentido social a qual a CPT está vinculada, bem como o mesmo sentido de relação com a natureza pela qual se percebe uma empresa como a Vale S.A. no Sul e no Sudeste do Pará revelam explicitamente a brutal diferença como esses dois agentes do espaço regional se reproduzem e como criam suas estratégias sociopolíticas. Se de um lado a CPT responde pela defesa de sujeitos que veem a natureza como uma extensão de suas vidas ou o abrigo, de outro, a Vale S.A. ou qualquer outro agente dessa magnitude, vê a natureza como recurso (HAESBAERT, 2004). Em comum, ambos usam a escala como um recurso de apropriação do espaço. Eles também tomam a escala como um trunfo sem o qual não se pode conceber suas atuações em um sentido regional mais particular, ou, em um sentido universal, ao se considerar uma visão global.

Ao se partir dessa assertiva, em se tratando de mineração, agentes espaciais como Vale S.A. e CPT são coetâneos no espaço (MASSEY, 2008), o que, por seu turno, reproduzem-se em escalas que são, ao mesmo tempo, díspares e conflitivas. Novamente, Castro (1995) direciona o debate sobre a escala para a relação cartográfica-geográfica. Dito de outro modo, a autora afirma que há um:

(...) problema da polimorfia do espaço, sendo o jogo de escalas um jogo de relações entre fenômenos de amplitude e naturezas diversas. A flexibilidade espacial institui, portanto, uma dupla questão: a da pertinência das relações como sendo também definida pela pertinência da medida na sua relação com o seu espaço de referência. Este é um problema fundamental na busca de compreensão da articulação de fenômenos em diferentes escalas; além disso, como os fatos sociais são necessariamente relacionais, a questão acima é pertinente (CASTRO, 1995, p. 138).

Há, ao menos, dois elementos fundamentais na afirmação de Castro (1995) que são correlacionados ao tema deste trabalho. O primeiro deles se resume no espaço de referência, enquanto o segundo diz respeito às relações sociais de modo geral.

Tratar do 'espaço de referência' é, sem embargos, compreender o cenário geral ao qual a escala está conectada. Esse olhar geral do fenômeno, aparentemente, não dá conta de compreender as contradições em seus detalhes, até porque uma dada referência não é atinente aos fragmentos e sim à totalidade do processo. Porém, isso não significa dizer que o espaço de referência tenha menos valor no momento de entendimento da escala geográfica. Do contrário, como afirma com propriedade Castro (1995), há um momento em que a escala se torna a apreensão do fenômeno, algo que se torna, por fim, motivador ao tomar o conceito de escala como algo necessário na explicação do espaço geográfico.

No que se refere às relações sociais, parte-se dos meandros do tecido social pelo qual o fenômeno apreendido pela escala se dá. Deve-se, assim, entender a 'escala por dentro'. É saber como os arranjos sociais estão demarcados no espaço e o que se percebe quanto à movimentação espacial dos diferentes agentes territoriais. Ainda que se possa resumir a um recurso do momento, a paisagem, por exemplo, aponta para o retrato fiel do conteúdo da escala. Consecutivamente, o espaço de referência é dotado dialeticamente do entrecruzamento da forma, da função, do processo e da estrutura (SANTOS, 1985).

Neste sentido, o recorte empírico tomado neste trabalho permite entender como a atuação da CPT e seus embates vis-à-vis com a difusão de práticas mercadológicas da Vale S.A. vão ao encontro do conceito de escala e, que, por essa perspectiva, não pode assumir um entendimento linear, descartando-se, assim, seu aporte cartográfico para explicações regionais.

Outra autora que se apropria do debate que a escala proporciona aos assuntos espaciais é Silveira (2004). Para ela, a associação histórica entre escala e geometria já ganhou tamanho enraizamento que pode ser considerada uma discussão tautológica.

No entanto, ela alerta para o poder do processo na rápida transformação das coisas em objetos, algo que é intensificado no contexto da globalização. Não cabe, mais uma vez, deter-se nos contingenciamentos de uma concepção geométrica de escala, segundo a autora. Para ela, “todo avanço da geografia repousa sobre a combinação e a passagem incessante de uma escala para outra” (FERRARA *apud* SILVEIRA, 2004, p. 89).

Silveira (2004), ainda, afirma que, ao se apropriar da escala como um importante recurso do espaço geográfico, há que se levar em conta a produtividade espacial inerente aos processos de um lugar ou região, por exemplo. Para ela: “a produtividade espacial só pode ser mascarada se uma visão escalar se antepõe ao reconhecimento das variáveis significativas” (SILVEIRA, 2004, p. 89). É possível, assim, entender que essa concepção se aproxima substancialmente da realidade regional na qual se encontram o Sul e o Sudeste do Pará. De um lado, há uma demanda verticalizada, que extravasa parte da região amazônica e a coloca em uma rota internacional de produção de *commodities*. E, de outro lado, há a ação horizontalizada de um grupo social como a CPT que imprime ao território atividades sociopolíticas que produzem uma escala com um ritmo menos veloz do que a Vale S.A., porém, não menos denso.

Silveira (2004) afirma, também, que o caráter analítico da escala na apreensão do fenômeno não se reduz ao recorte da extensão geográfica dos fatos. A dimensão temporal é outro procedimento sem o qual a escala não procede a uma operacionalização correta. Se as variáveis mudam no espaço, elas também mudam no e com o tempo, o que requer do pesquisador outra mirada dos eventos que incidem no recorte escolhido. Com o tempo, os eventos regridem ou avançam; eles dependem, nesse sentido, da intensidade da produção do espaço.

A variável tempo se torna uma condição para se compreender como a circulação do modo de produção vigente articula estratégias para o desenvolvimento econômico. Não sem menos, talvez seja Smith (1988) o autor que fornece subsídios mais esclarecedores para o entendimento de como a produção das escalas se faz de maneira diferente ao tomar a natureza como ponto basilar no desenvolvimento, o qual, ele afirma ser desigual. Para esse autor:

Com o desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo, a lógica que preside a localização geográfica afasta-se cada vez mais de tais considerações naturais. A razão para isso é dupla. O que ligava o desenvolvimento econômico às condições geográficas era primeiramente a dificuldade de vencer as distâncias e em segundo lugar a necessidade de grande proximidade das matérias-primas. Com o desenvolvimento dos meios de transporte, o primeiro obstáculo natural (a distância) diminuiu em importância. Com o aumento geral das forças produtivas, o segundo também se torna cada vez menos importante, pois as matérias-primas hoje são produtos de um número sempre crescente de processos de trabalho anteriores (SMITH, 1988, p. 157).

O exemplo tomado a partir de Smith (1988) reforça o conceito de escala que se aprisiona na linearidade geométrica das coisas e objetos. Muito mais do que isso, o processo

de produção do espaço capitalista é retrato fiel de como a escala só se torna fundamental porque os fenômenos representados estão em comum acordo com a intensidade da produção *per se*, ou, dito de outro jeito, retoma-se a máxima já afirmada anteriormente de que, ao se mudar o tamanho dos fenômenos, muda-se a escala. No capitalismo, portanto, a escala está em constante mutação no espaço, no tempo e na natureza.

Contudo, ainda que se compreenda que a escala seja uma apreensão de um determinado espectro social ou, antes disso, a localização do objeto espacial-cartográfico, pouco se desenvolve discussão acerca de como a escala torna-se *práxis*. Nesse sentido, o conceito dá lugar à potência real a qual a escala está submetida; pois, a realidade é feita de escalas. É nesse momento que Brandão (2010) parte de uma ampla diretriz na qual afirma que as escalas são construídas socialmente e de forma conflitiva. Por esse motivo, há uma dinâmica multidimensional constituída por trajetórias históricas em disputa, as quais sempre se dão de forma processual e aberta.

Brandão (2010), de fato, preocupa-se fortemente com a dimensão espacial a qual o procedimento escalar está associado. Do mesmo modo, o autor em questão não descola seu olhar crítico do contexto em que lança suas projeções analíticas a partir dos sujeitos que constroem a escala. Para ele, o neoliberalismo proporciona uma investigação de novas ferramentas de acumulação. Para tanto, torna-se: “(...) *necesario el ejercicio permanente de distinguir adecuadamente las determinaciones estructurales y sus mecanismos de explicación en cada tiempo-espacio concreto*” (BRANDÃO, 2010, p. 243) (Grifos nossos).

No bojo desse processo, não há como compreender o sentido de desenvolvimento regional em uma região – tal qual o Sul e o Sudeste do Pará – aplicando uma visão hermética na qual somente os agentes que atuam no circuito superior da economia são os responsáveis pelas transformações regionais, sem haver atritos espaciais com demais grupos da sociedade. É nesse ponto que a atuação da CPT encontra meios para ir de encontro às densas estruturas regionais estabelecidas pelo grupo Vale S.A. na Amazônia.

Se a escala, tradicionalmente, fora tomada como uma categoria analítica, não se pode deixar de afirmar que ela seja também uma categoria política, ou, dito de outra maneira, uma categoria da *práxis* política (BRANDÃO, 2010). Nestes termos, apartar o *modus operandi* científico da dimensão humana não se torna frutífero para se entender questões de cunho fortemente social, tal como a contradição regional entre produtores de uma escala da ação de um nível intra-regional (a exemplo da CPT) e produtores que extravasam escalas regionais e se movem globalmente por meio de ajustes espaciais (HARVEY, 2003), a exemplo da Vale S.A.

Além do mais, um ponto necessário à análise aqui delimitada é saber que há uma diferença entre a aplicabilidade da escala e o comando da escala. Novamente, é saber quem e quais sujeitos operam a escala e quais as suas motivações; pois, o resultado das operações é a contradição espacial, haja vista que não há unilateralidade nos movimentos espaciais, em que, apenas, um único agente espacial produz uma organização no tecido sócio-político e econômico de uma região. O conjunto de práticas espaciais produz diferentes arquiteturas escalares que “*constituyen justamente una marca decisiva de un proceso capitalista expansivo*” (BRANDÃO, 2010, p. 247).

A intrincada relação entre a escala produzida horizontalmente pela CPT (considerando sua escala de atuação nacional, regional e local) e, de outro lado, a verticalização regional do minério empreendida pela Vale S.A. (por meio de sua escala global de produção do espaço) precisa ser observada sistematicamente para que não se perca a noção da totalidade escalar. Em diferentes frentes, os agentes sociais se reproduzem espacialmente, o que, por certo, conduz a uma específica materialidade.

CARACTERIZAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DA ESCALA GLOBAL DO MINÉRIO NO SUL E NO SUDESTE DO PARÁ: O APORTE DE DADOS E A REAL DIMENSÃO DOS CONFLITOS REGIONAIS

Como destacado em momento anterior, a articulação dos fenômenos em distintas escalas ocorre na realidade de modo orgânica e contraditória. Faz-se necessário ressaltar que um agente com a concepção de exploração da natureza como recurso e que atua em escala global, concomitantemente, pode operar em relações de âmbitos nacional, regional e local, de modo conflitante, por vezes antagônicas com outros agentes, tal como afirmado por Castro (1995) e Brandão (2010) – explorado em seção anterior neste trabalho.

Apesar de diversos estudos clássicos – como o de Smith (1988) – tratarem da capacidade de atuação e produção dos espaços de agentes do circuito superior, ao abordar uma realidade empírica, como do Sul e do Sudeste do Pará, deve ser resgatado o questionamento antes apontado: qual o ‘tamanho’ do fenômeno da mineração na região em tela? Quais seus vínculos eminentemente globais? Como afirma-se frente ao nacional e ao regional no interior da ordem capitalista?

A Tabela 1 apresenta o total e o percentual dos valores exportados pelo ‘Sul e pelo Sudeste do Pará’, o ‘Estado do Pará’ e o ‘Brasil’ divididos em “Indústria extrativista” e “Outros”, em 2019. Independentemente do recorte, é notório o peso da Indústria extrativista para o total das exportações, com somatórias na casa dos 90% no SSPA e 80% no Pará. No caso brasileiro, o setor responde a praticamente um terço de todo o valor exportado no ano em questão. Se considerada a participação da região em tela nos indicadores nacionais, 18,5%, é exposto o significado frente a escala nacional.

Tabela 1. Total e percentual das exportações da indústria extrativa do Sul e do Sudeste do Pará (SSPA), do Pará e do Brasil em 2019 (em bilhões de US\$)

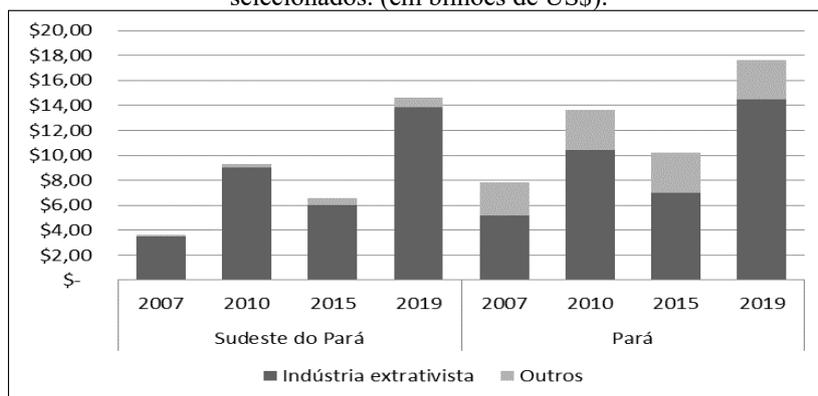
	SSPA		PA		BR	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Indústria extrativista⁸	\$ 13,85	94,72%	\$ 14,50	82,37%	\$ 73,15	32,46%
Outros	\$ 0,77	5,28%	\$ 3,10	17,63%	\$ 152,23	67,54%
Total	\$ 14,63		\$ 17,61		\$ 225,38	

Fonte: Secretaria de Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Estado do Pará.

Considerando a opção de política macroeconômica do Brasil acordada desde o final do século XX, seguida até os dias atuais, alicerçada, entre outros pilares, na balança comercial positiva com exportação de *commodities*⁹, como trata Carneiro (2002), uma região com o volume exportado insere-se na arena política com protagonismo e força na produção ao seu molde.

O paralelo em anos recentes com o estado do Pará, mostrado no Gráfico 1, demonstra o quanto são próximos os valores exportados pelo total do estado e das regiões SSPA. Concomitantemente, o gráfico expressa também que atividades econômicas de exportação, para além do setor extrativista, encontram-se especialmente em municípios não pertencentes à região em análise, dada a comparação das outras atividades em ambos os recortes.

Gráfico 1. Valor das exportações da indústria extrativa do Sul e do Sudeste do Pará e do Pará em anos selecionados. (em bilhões de US\$).



Fonte: Secretaria de Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Estado do Pará.

Essa situação, tal como no âmbito nacional, pontua a extensão e ampliação em anos recentes da exploração mineral na região, saindo de US\$ 3,48 bilhões para US\$ 13,85 bilhões, fruto de novos projetos de exploração iniciados. Não obstante, a tensão do embate entre distintas formas de relação com o espaço amplia-se, como tratado em seção próxima. Porém, resultado da magnitude dos valores envolvidos tanto para o Estado, como para a política nacional, é a diminuição das lutas de sujeitos historicamente desassistidos por esta política e o privilégio dos agentes que atuam na ordem global, como as mineradoras.

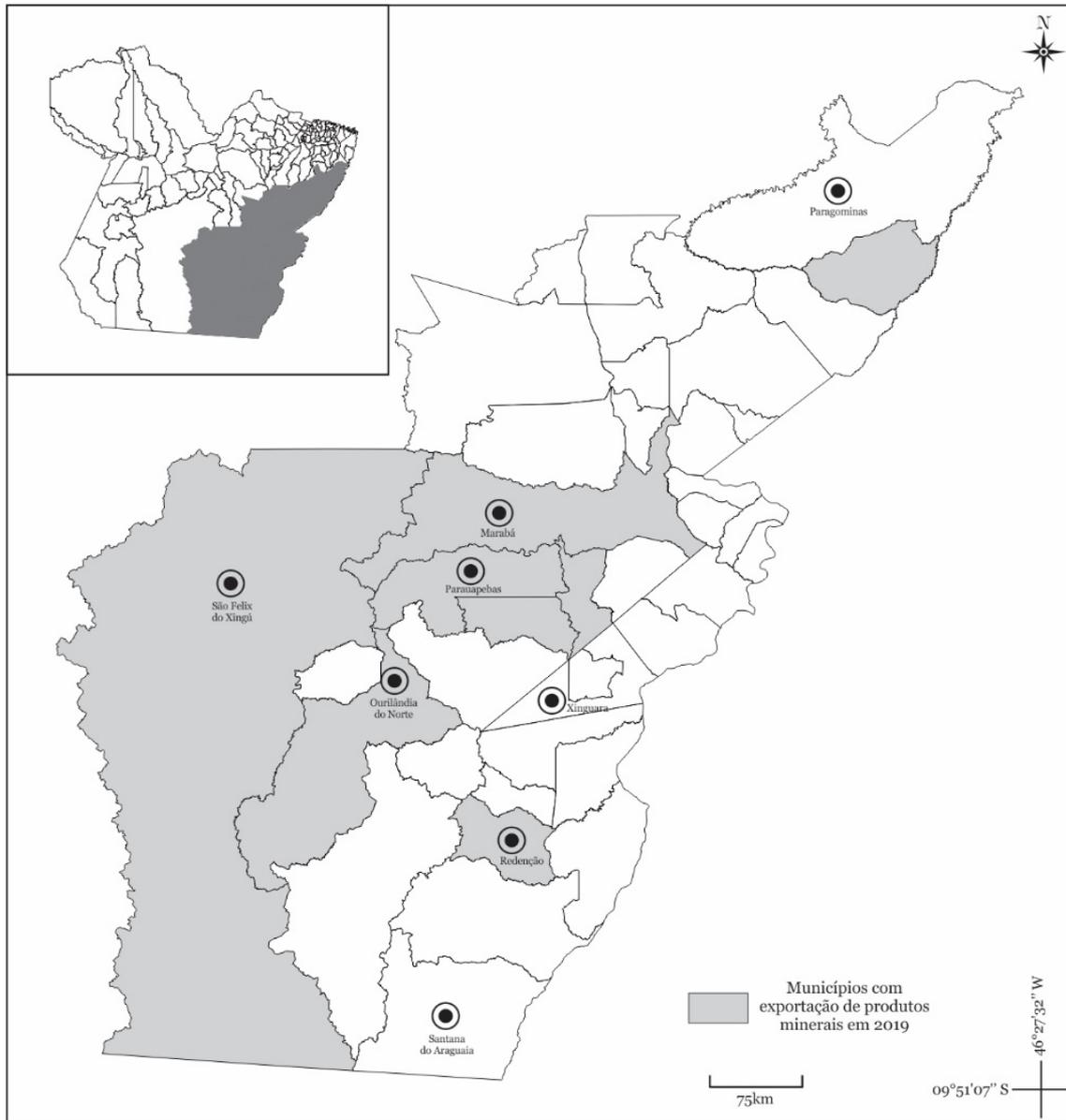
As regiões Sul e Sudeste do Pará são compostas por trinta e nove municípios. Destes, nove tiveram ocorrência de exportação de produtos minerais nos anos analisados como demonstram a Tabela 2 e a Figura 1. O montante das exportações expõe a concentração das atividades em três municípios principais: Parauapebas, Canaã dos Carajás e Marabá. A análise temporal mostra o crescimento das exportações e, por consequência, da exploração e transformação regional. Projetos em outros municípios encontram-se, atualmente, em fase de estruturação e aguardam autorizações legais para início, como em Ourilândia do Norte. Projeta-se para os próximos anos o prosseguimento da curva ascendente nos níveis de exportação de minérios da região, seja em função da execução de tais projetos, seja pela reafirmação da posição nacional de exportador de *commodities*, intensificado em anos recentes, na divisão internacional do trabalho.

Tabela 2. Total de exportações da indústria extrativa por municípios do Sul e do Sudeste do Pará. (em milhões de US\$)

Município	2007	2010	2015	2019
Breu Branco	0,04	0,59	0,00	0,00
Canaã dos Carajás	564,90	697,12	605,05	4.914,38
Curionópolis	0,00	0,00	55,80	202,40
Marabá	602,42	413,64	1.048,48	1.588,92
Ourilândia do Norte	0,00	0,00	269,11	126,32
Parauapebas	2.309,01	7.893,59	4.003,26	7.016,92
Redenção	0,00	0,00	0,00	0,59
São Félix do Xingu	0,00	0,00	6,75	3,87
Ulianópolis	0,00	0,00	0,00	0,50

Fonte: Secretaria de Indústria, Comércio Exterior e Serviços (PA).

Ainda tratando da comercialização externa dos produtos da indústria extrativa da região, observar os parceiros comerciais possibilita perceber a densidade das relações globais presentes do setor na região em tela. A Tabela 3 traz os dez países com maior volume de importação de bens da região em 2019. Destacam-se como principais compradores países do Leste e Sudeste Asiático e da Europa Central, no entanto, é perceptível o peso da China no volume importado, totalizando aproximadamente 60% do total.



Fonte: Secretaria de Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Pará.

Figura 1. Mapa dos municípios do Sul e do Sudeste do Pará com exportação de bens da indústria extrativa em 2019.

Quando afirmado o potencial de organização das escalas de setores multinacionais em regiões geograficamente distantes de produção e consumo, altera-se o jogo de decisões dos espaços, transferindo-os para escalas distantes e de maior envergadura que a local, como aborda Santos

(1996). O uso do poder político de barganhar baseia-se na magnitude econômica de agentes globais é a tônica da economia internacional desde a década de 1970, assim como a ressignificação das escalas que, de modo conflitoso, são usadas e produzidas por agentes com interesses antagônicos.

Tabela 3. Principais países parceiros de exportação de produtos da indústria extrativa das regiões Sul e Sudeste do Pará. (em milhões de US\$)

País	2007	2010	2015	2019
China	\$ 827,91	\$ 4.095,30	\$ 2.114,78	\$ 8.313,86
Malásia	\$ -	\$ -	\$ 458,28	\$ 1.356,05
Coreia do Sul	\$ 281,18	\$ 597,97	\$ 278,81	\$ 451,14
Japão	\$ 416,88	\$ 993,02	\$ 355,89	\$ 446,25
Países Baixos	\$ 86,47	\$ 126,43	\$ 287,92	\$ 439,84
Alemanha	\$ 352,17	\$ 827,08	\$ 505,99	\$ 437,40
Polônia	\$ -	\$ -	\$ 260,47	\$ 296,77
Taiwan	\$ 39,34	\$ 131,30	\$ 233,48	\$ 274,76
França	\$ 131,22	\$ 389,40	\$ 146,56	\$ 257,50
Omã	\$ -	\$ -	\$ 41,62	\$ 235,03

Fonte: Secretaria de Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Estado do Pará

A Figura 2 destaca todos os parceiros comerciais de exportação de bens de produtos da indústria extrativa das regiões Sul e Sudeste do Pará em 2019, totalizando trinta e quatro nações de cinco continentes. A exposição mundial das relações comerciais do setor na região coloca em tela a ramificação de interesses mesmo na escala global, visto, por exemplo, a constante tensão comercial entre países e seus interesses internos. No bojo dessas segmentações existe, claro, o comum anseio vertical pela exploração dos minerais do Sul e do Sudeste do Pará que entra em choque com concepções horizontais.



Fonte: Secretaria de Indústria, Comércio Exterior e Serviços do Estado do Pará.

Figura 2. Países parceiros de exportação de produtos da indústria extrativa das regiões Sul e Sudeste do Pará em 2019.

Concomitantemente, as transações globais usuais de empresas multinacionais como as mineradoras no Sul e no Sudeste do Pará, no interior do sistema capitalista, dão-se no local e no regional. Para além das contradições impostas pelo embate de lógicas de uso e apropriação da natureza, alvo de reflexão em seção seguinte, as empresas de mineração geram empregos formais que se transformam em renda onde atuam. Tal fato, inclusive, é usado, para a autolegitimação de tais empresas. Cabem, entretanto, alguns apontamentos.

Os dados sobre o trabalho estão organizados de duas maneiras. Primeiro trata-se do número de vínculos formais na região, estado e país. Na sequência, o incremento de renda nos mesmos recortes. Essas informações foram elaboradas considerando a indústria extrativa e os outros setores.

A Tabela 4 traz o total e o percentual de vínculos de emprego formal no SSPA, Pará e no Brasil segregando a indústria extrativa e os outros setores produtivos e de serviços, no ano de 2018. Percebe-se o peso do setor extrativo na região ao compará-lo com os demais recortes espaciais. Enquanto na região em tela o número de empregos atinge 7,3%, os números do Pará são de 1,87%; e, no Brasil, menos de meio ponto percentual.

Tabela 4. Total e percentual de vínculos trabalhistas formais da indústria extrativa do Sul e do Sudeste do Pará, do Pará e do Brasil em 2018.

	SSPA		PA		BR	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Indústria extrativista¹⁰	16.783	7,30%	20.352	1,87%	212.629	0,46%
Outros	213.140	92,70%	1.065.194	98,13%	46.418.486	99,54%
Total	229.923		1.085.546		46.631.115	

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais.

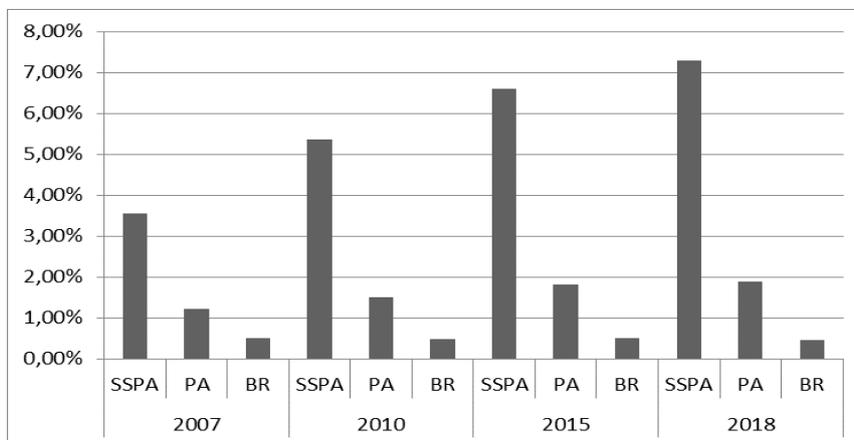
Ao resgatar os indicadores de exportação e geração em empregos formais é notória a não convergência simples do poder de exportação do setor com a geração de empregos. O setor, responsável por US\$ 13,85 bilhões (94,72%) de exportações, gera 16.783 postos de emprego formal direto, totalizando 7,3% do total. Essas informações demonstram: a) a centralização com maximização de produtividade do trabalho, que torna o setor atuante na região como um eminente competidor internacional; b) em contraponto, pouco no interior do sistema capitalista, o emprego formal é efetivamente criado/oferecido na região; c) soma-se, ainda, as contradições horizontais, no contato antagônico com agentes à margem do sistema capitalista.

O Gráfico 2 traz os percentuais de vínculos formais da indústria extrativa do ‘Sul e do Sudeste do Pará’, do ‘Pará’ e do ‘Brasil’, que possibilitam perceber um crescimento no SSPA e no Pará, este segundo influenciado pelo acréscimo no primeiro. A curva de crescimento é semelhante à expansão das exportações – Gráfico 1 – o que demonstra, ao mesmo tempo, o potencial e o limite da geração de empregos do setor que, mesmo ampliando drasticamente a exploração mineral na região, não é traduzida em empregos formais.

Por fim, os próximos dados assumem o incremento de renda a partir do trabalho formal da indústria extrativa e do conjunto das outras atividades às economias do SSPA, do Pará e do Brasil. Na Tabela 5, com indicadores de 2018, demonstra-se que o percentual dos valores dos salários pagos no setor em análise é, em síntese, o dobro do percentual

dos vínculos, ou seja, o setor em tela tem uma remuneração superior à média das demais atividades econômicas, independentemente do recorte percebido.

Gráfico 2. Percentual de vínculos trabalhistas formais da indústria extrativa do Sul e Sudeste do Pará, do Pará e do Brasil em anos selecionados.



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais.

Assim como o número de empregos gerados, a circulação de renda por meio dos salários é assumida pela indústria extrativa como argumento para sua reprodução na região de atuação. Porém, o perfil do trabalho gerado na indústria extrativa é, em geral, de alta complexidade, com exigência de qualificação técnica ausente em grande parte do conjunto dos trabalhadores do Sul e do Sudeste do Pará, forçando assim, um abastecimento exógeno de mão-de-obra, fato esse que coloca em cheque o argumento de geração de emprego e renda para a região, sendo, de fato, emprego e renda na região.

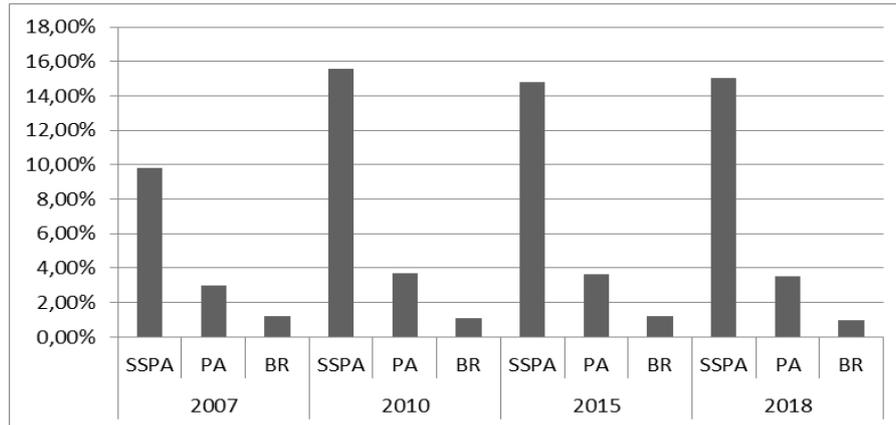
Tabela 5. Total e percentual de salários pagos por vínculos trabalhistas formais da indústria extrativa do Sul e do Sudeste do Pará, do Pará e do Brasil em 2018. (em salário mínimo corrente)¹¹

	SSPA		PA		BR	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Indústria extrativista	85.645	15,06%	104.452	3,49%	1.348.643	0,97%
Outros	483.125	84,94%	2.884.232	96,51%	137.951.825	99,03%
Total	568.770		2.988.684		139.300.468	

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais.

O Gráfico 3 demonstra a manutenção em anos recentes do disposto anteriormente. O percentual de renda gerada pelos empregos no setor extrativista na região em tela, no entanto, não cresceu do mesmo modo que as exportações e o número de vínculos, ou seja, os novos empregos criados foram, de modo geral, de extratos inferiores das classes de salário, fato que corrobora com o questionamento do limite da geração de excedentes sociais para a região.

Gráfico 3. Percentual de salários pagos por vínculos trabalhistas formais da indústria extrativa do Sul e Sudeste do Pará, do Pará e do Brasil em anos selecionados. (considera-se o salário mínimo corrente)



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais.

Diante das informações anteriormente analisadas, é possível dimensionar o poder econômico e político de atuação de empresas de escala global nas regiões Sul e Sudeste do Pará. Sua pujança fica evidente não apenas com os vultosos valores envolvidos em exportação, mas também com a rede de fluxos dos produtos do setor extrativo da região que chegaram, em 2019, a cinco continentes – 34 países.

A afirmação da escala global na região encontra terreno fértil em outras escalas ao possuir plena capilaridade com a política nacional de geração de divisas com a exportação de bens primários. Já na escala regional, seria leviano afirmar que quase 17 mil ¹² postos de empregos formais diretos são insignificantes. No entanto, ao ponderar os valores extraídos e exportados com a geração de renda na região, nota-se um descompasso que possibilita indagar mesmo no bojo do sistema capitalista a real contribuição do setor para o desenvolvimento regional e social do Sul e do Sudeste do Pará.

Ao somar à análise sujeitos para compreender a escala regional e local para além da extração de recursos naturais, tornamos a compreensão da escala ainda mais complexa. Como afirmado anteriormente, a sua subtração é um simples exercício analítico. Na prática social, ambas as formas de produzir, reproduzir e interagir entre escalas ocorre paralelamente no tempo e no espaço. Cabe, nesse momento, resgatar como ocorre a interação e a resistência de sujeitos que produzem uma escala distinta, outra face, fruto da imposição global no local com parca mediação nacional.

PRODUÇÃO DE ESCALAS A PARTIR DE UMA DIMENSÃO EMPÍRICA: O CASO DA CPT E SUA RESISTÊNCIA FRENTE À ATUAÇÃO DA VALE NO SUL E SUDESTE DO PARÁ

Uma produção mineral industrial de grande alcance produz escalas produtivas nos territórios que não se restringem ao Sul e Sudeste do Pará. Somente há, em contrapartida, uma maneira de combate à expulsão de famílias de seus terrenos, em grande parte camponeses, sejam de áreas destinadas à função social da terra – como a reforma agrária ou regularização fundiária urbana –, seja à criação de territórios indígenas ou quilombolas, ou, ainda, seja para a implantação de unidades de conservação, a exemplo.

Faz-se necessário considerar, outrossim, que os modos de atuação da CPT se dão de modo articulado com outras instituições, tais como sindicatos, outros movimentos sociais, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Indigenista Missionário, entre outras, o que traduz seu caráter também multiescalar.

Verifica-se que a exploração energética-mineral em territórios da região amazônica, relacionada com dados dos setores industriais envolvidos nessa dinâmica, revela fatores importantes tanto da política econômica de Estado, quanto da inserção de grandes empresas nessas localidades. Tal dinâmica revela, também, que o cenário para as populações locais é de extremo conflito, uma vez que localidades inteiras são removidas (vilas, vilarejos, bairros ribeirinhos, assentamentos, ocupações, distritos, comunidades, etc.) ou diretamente afetadas pela influência de atividades desses setores (poluição, degradação social e ambiental, pobreza, falta de serviços básicos, etc.).

No caso da CPT, seu surgimento se deu em Goiânia, em 1975, durante o encontro de bispos e prelados da Amazônia, promovido pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), em plena ditadura militar, contexto esse em que agricultores, camponeses, povos indígenas e populações tradicionais encontravam-se sob constantes perseguições, criminalizações, bem como eram submetidos a constantes trabalhos análogos à escravidão e condições degradantes. Contudo, já em 1971, no sul do Pará, a partir da Prelazia de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, através do lançamento da carta “Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”¹³, pelo então bispo Dom Pedro Casaldáliga, houve esse movimento da igreja no sentido de uma atuação a partir da Teologia da Libertação em locais com altos índices de conflitos, como era o caso da região do Araguaia. Destarte, em 1975, cria-se a CPT vinculada às diversas prelazias e dioceses, entre elas as do sul do Pará (SALGUEIRO, 2017).

Dito isso, pode-se compreender como a CPT reage de maneira expressiva e de modo escalar no Sul e no Sudeste do Pará a partir da exploração mineral. Tal relação resulta em conflitos gerados por um projeto de mineração executado pela Vale S.A., denominado Onça Puma, datado do início da década de 1980. Registra-se, ainda, que o poder de reação da CPT só se torna possível devido à sua articulação com segmentos de classe variados, defensores de populações atingidas pela implantação do projeto mineral em questão.

A empresa Mineração Onça Puma LTDA fora subsidiária da empresa canadense *Canico Resource Corp.* (então proprietária dos direitos minerários desse projeto, referentes ao depósito de níquel), que realizou seus estudos para a concessão de lavra em 2002, sendo a área, conforme documentos do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), “cobiçada” desde os idos da década de 1970. No entanto, essa mesma área também fora transformada, em 1990, em projetos de assentamentos agrícolas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), motivo pelo qual as disputas envolvendo terra, território e recursos naturais se aprofundaram nesse espaço. Em 2007, a Vale S.A. adquiriu os direitos minerários do projeto Onça Puma LTDA. (CRUZ NETO, 2008; FIOCRUZ, 2020).

No ano de 2004, foi apresentado um relatório de impacto ambiental à Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará, referente ao projeto Onça Puma para lavra e processamento de minério de níquel. Cabe salientar que esse projeto é registrado como um dos maiores do mundo para a exploração desse tipo de minério. As áreas estão divididas em Serra do Onça e Serra do Puma, sendo a primeira com aproximadamente 23km de extensão e a segunda com 22km, está inserida na própria terra indígena Xicrin do Cateté. A lavra está prevista para um período aproximado de 40 anos de operação, estimando-se a produção de 2.5 milhões de toneladas do minério (CRUZ NETO, 2008; FERNANDES; ALAMINO; ARAÚJO, 2014). De acordo com Oliveira (2019), o tipo da mina existente no projeto Onça Puma é o de exploração a céu aberto.

Conforme consta nos estudos de impacto ambiental, alguns dos impactos previstos seriam: i) Intensificação dos processos erosivos e de assoreamento; ii) Alteração no nível de pressão sonora; iii) Alteração da qualidade do ar e da água; iv) Redução da disponibilidade

hídrica superficial; v) Alteração das propriedades do solo; vi) Alteração da paisagem; vii) Alteração e supressão de remanescentes florestais; viii) Redução da disponibilidade de habitats e migração da fauna silvestre; ix) Alteração das comunidades faunísticas aquáticas e/ou dependentes da água em decorrência do assoreamento de nascentes e cursos d'água; x) Indução migratória pela expectativa de empregabilidade; xi) Alteração do cotidiano das populações; xii) Pressão sobre a estrutura e infraestrutura urbana; xiii) Incremento no tráfego rodoviário; introdução de patologias por insetos vetores; xiv) Impactos sobre as comunidades indígenas, e; xv) Interferência sobre o patrimônio arqueológico (CRUZ NETO, 2008).

O processo de conflitos territoriais teve início, mais especificamente, no ano de 2003, quando a empresa Canico do Brasil Mineração LTDA requereu à superintendência do Incra, lotada em Marabá, a desafetação de uma área de mais de 7 mil hectares, o que incorreria da desapropriação direta de diversas famílias dos projetos de assentamento Tucumã e Campos Altos. Sem a desafetação imediata, a Canico do Brasil iniciou um processo de compra de áreas dos assentados. Tal prática continuou com a Vale S.A., após sua aquisição dos direitos minerários do projeto. O projeto de assentamento Campos Altos possuía cerca de 200 famílias, sendo uma área altamente produtiva (CRUZ NETO, 2008).

O surgimento do projeto de mineração Onça Puma implicou na atração populacional para o município de Ourilândia do Norte, com a expectativa de empregabilidade no projeto. Tal aumento acarretou diversos problemas em função da falta de infraestrutura urbana e de serviços básicos como saneamento ou dos setores de educação e saúde. Outros problemas, tais como prostituição e violência também se agravaram, reforçando um padrão que ocorre em grande parte de áreas historicamente dominadas pelo garimpo ou pela extração mineral em sua fase industrial.

Quanto à zona rural, houve um impacto direto na estrutura dos assentamentos tanto em função da compra de lotes, quanto pela saída dos agricultores dessa área, culminando em uma queda considerável na produção. Houve o fechamento de escolas, a ausência do transporte público e de linha rodoviária, bem como o aumento do trânsito de veículos de carga da empresa mineradora, causando risco à população local, e contribuindo, assim, para o êxodo de diversas famílias (CRUZ NETO, 2008).

Face aos problemas fundiários e conflitos territoriais ocasionados pela Vale S.A. em 2008 – em função do projeto Onça Puma –, a CPT e diversas entidades de classe encaminharam uma representação à Superintendência do Ministério Público Federal em Marabá (FERNANDES; ALAMINO; ARAÚJO, 2014; CRUZ NETO, 2008; GUEDES, 2012). Segundo Cruz Neto (2008), constam irregularidades de denúncias acerca da ingerência do Incra na representação:

- a penetração da empresa nos projetos de assentamento e compra de lotes, pode configurar crime de invasão de terras destinadas à reforma agrária, no termo do artigo 20, parágrafo único Lei 4.947/66;
- a destruição de patrimônio público, conduta que se enquadra no crime de dano qualificado previsto no artigo 161, III do código Penal;
- crime de poluição de água potável, tipificadas no artigo 271 do Código Penal brasileiro, bem como delito descrito no art. 33 da Lei de crimes ambientais;
- danos causados aos agricultores pelas perfurações nos lotes, que configuram desrespeitos ao disposto no art. 27, V do Código de Mineração;
- a forma artil e ameaçadora como os representantes da empresa abordaram os assentados a fim de convencê-los a venderem os lotes, pode caracterizar o crime de

estelionato (art. 171 do CP), bem como o crime de ameaça descrito no art. 147 de CP;

- a afirmação dos técnicos do INCRA de que a maior parte da área pretendida pela empresa é imprópria para agricultura, é contrária um dos pré-requisitos básico para criação de projeto de assentamento de que as terras sejam economicamente úteis e agricultáveis;
- os povos indígenas Xikrins do Cateté estão vulneráveis aos prejuízos provocados pela exploração mineral.

Conforme consta no caderno de Conflitos no Campo do ano de 2008, data em que a CPT iniciou o acompanhamento junto às famílias atingidas pela mineração em Ourilândia do Norte, diversas denúncias foram realizadas conforme supramencionado, e envolviam aproximadamente 3 mil famílias. De acordo com diálogos ocorridos com pessoas da secretaria da CPT de Xinguara, os processos ainda estão ocorrendo, sendo que muitos dos assentados ainda aguardam pela solução da indefinição de sua situação frente às ações da mineradora na disputa por terra e território. Conforme Guedes (2012, p. 56):

A primeira etapa de desocupação da área em 2003 foi constituída de 85 agricultores que negociaram com a MOP [, sendo 39 do PA Campos Altos e 46 do PA Tucumã 24. Ressalta-se que os assentados na época se dividiam em dois grupos: um que queria vender seus lotes e procurava o presidente da Associação Campos Nossos que era o mediador, e outro grupo de agricultores questionava a venda dos lotes e procurava informações em entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) para que pudessem orientá-los melhor. No entanto, nessa época, a CPT ainda não tinha informações necessárias para avaliar o procedimento adotado pela MOP, portanto os agentes começaram a estudar essa situação.

Uma característica na atuação da CPT está na participação de representantes jurídicos e advogados dos movimentos sociais junto às populações atingidas pelos projetos de mineração, como modo de apoio e orientação para a garantia de direitos diante da expropriação de seus territórios. Além disso, essas populações também recebem apoio de outras instituições, tais como o Ministério Público Federal, Estadual, a OAB, e demais representações de direitos humanos (OLIVEIRA, 2019).

A CPT, Cepasp, entidades de classe e demais representações se reuniram em torno das discussões e dos conflitos acerca das desapropriações das famílias, ou do processo de “desafetação” da área que já havia sido destinada para fins de reforma agrária. A partir de uma intensa participação nessas discussões, bem como de diversas exigências feitas junto ao Incra e à Vale S.A., foi criado um Grupo de Trabalho no Incra em Brasília, composto por agrônomos, sociólogos, assistentes sociais, entre outros profissionais, com o intuito de se realizar um estudo detalhado e um levantamento sobre as condicionantes que deveriam ser impostas à Vale S.A., à época, para a desafetação da área. Os trabalhos resultaram no relatório “Os Impactos Socioeconômicos do Projeto da Mineração Onça Puma em Assentamentos de Reforma Agrária na Região Sul do Pará”, o qual revelou a real situação dos assentados, constatando ilegalidades por parte, inicialmente, da Canico, na primeira desafetação (solicitada em 2003) (GUEDES, 2012; FERNANDES; ALAMINO; ARAÚJO, 2014).

Após esse episódio, a CPT e a CEPASP passaram a pressionar o Incra no sentido de que houvesse um acompanhamento adequado das famílias para a nova fase de desafetação. Um dos resultados dessa atuação consistiu em um acordo realizado entre a Vale S.A. e o Incra, também em Brasília, no ano de 2010, para que a empresa reassentasse 20 famílias

que estiveram na primeira negociação e encontravam-se em situação de vulnerabilidade. Em depoimentos apresentados nos estudos realizados por Oliveira (2019), demonstra-se a tentativa de diálogo entre os camponeses e a Vale S.A., porém sem sucesso. Após diversas negociações e pressões, foi assinado um termo de compromisso entre a Vale S.A. e o Inera, em 2010, a partir do qual produziu-se a cartilha ‘Nossa História, Novos Caminhos’, contendo diversos direcionamentos para o atendimento adequado às famílias. Deste modo, foi criado o Projeto de Assentamento União, desde que a infraestrutura da área fosse estabelecida pela empresa. Algumas famílias ainda permaneceram no PA Campos Altos, porém com indefinições acerca da desafetação da área (GUEDES, 2012).

De acordo com Wanderley (2012, p. 61), os movimentos populares

para serem vistos e conseguirem que as suas reivindicações sejam ouvidas pelo Estado, simplesmente pressionavam as mineradoras, aproveitando-se da visibilidade da presença de uma grande empresa, mas sem o intuito de negar a atividade mineral. Assim, até os primeiros anos do século XXI, não existia um movimento antiminação na Amazônia, mas movimentos que reagiam aos impactos diretos ou indiretos das mineradoras e/ou pressionavam as grandes empresas como estratégia para alcançar o Estado e verem assegurados os direitos sociais básicos e ao território.

Conforme dados e informações da CPT disponíveis na plataforma Mapa de Conflitos¹⁴ da Fiocruz (2020)¹⁵, há a denúncia de que a empresa de modo recorrente realiza a prática de coação e assédio junto aos produtores rurais para a desocupação das áreas de assentamentos, mesmo diante das diversas conquistas dos produtores rurais em conjunto com os movimentos sociais e as entidades de classe.

Desse modo, pode-se compreender que as expressões regionais e interescares se sobrepõem, uma vez que tais constatações e eventos são recorrentes nesses territórios ao longo de uma microrregião amazônica. Observam-se contradições em movimento oposto ao hegemônico, ou seja, “de dentro para fora” e que denunciam as diversas incongruências que habitam esses terrenos na produção de suas e distintas escalas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, os exemplos empíricos abordados a partir das atuações regionais da Vale S.A., bem como da CPT demonstraram como a análise da produção das escalas não se perfaz de forma matemática a fim de se compreender os fenômenos em uma ordem que se limita à leitura da cartografia.

Como proposto no objetivo, a contradição social, manifesta pela atuação da CPT a partir da atuação da Vale S.A. no Sul e no Sudeste do Pará, mostra um amplo leque de leituras da região que renova a produção da escala em seus sentidos conceitual, teórico e, principalmente, político. Ainda que haja uma tentativa de mediação de conflitos, de auxílio jurídico e de acompanhamento, sobretudo no que se destaca a regularização de áreas destinadas à reforma agrária, a exemplo, são encontradas diversas barreiras para uma possível solução desses impasses. A hipótese é central: em um jogo de escalas o conflito é parte estrutural desse processo.

A atuação da Vale S.A. nas regiões Sul e Sudeste do Pará, como verificado, ocorre diacronicamente com percepção de extração máxima do valor natural de bens primários, abordagem essa não exclusiva a esta empresa e a esta região, mas ao conjunto nacional e mesmo

latino-americano. Os impactos locais causados ao ambiente e, sobretudo, às comunidades, são contrastados com a imposição de uma lógica global que advém de parceiros comerciais distintos e movimentam volumosas quantidades de capital. Não obstante, no seio do corte nacional, encontram terreno fértil junto à macro-política nacional histórica de exportação de *commodities*. Como “contrapartida” para a região, a geração de emprego e renda pode ser relativizada ao traçar um paralelo com a agressiva extração e comercialização internacional.

Deve-se deixar evidente que o caminho percorrido até aqui só se tornou possível por meio de uma apropriação – ainda que breve – dos diferentes conceitos de escala, bem como dos agentes que se reproduzem por meio dela, tais como a Vale S.A., em uma escala vertical-global e, de outro lado, a CPT, em uma escala horizontal-regional. Isto, sem dúvida, exige do interessado no assunto que ele compreenda as diferentes naturezas escalares a fim de não se desviar do horizonte contraditório da produção do espaço regional.

NOTAS

5 Projeto aprovado em âmbito do Ietu/Unifesspa, através da Resolução N°. 92 de 03 de dezembro de 2018.

6 Os dados de comércio exterior são divulgados mensalmente, porém optou-se por utilização de anos completos, assim, desconsiderou-se os primeiros meses de 2020.

7 Optou-se por 2007 devido à mudança de classificação CNAE utilizada pela RAIS na divulgação dos resultados a partir de 2006, fato que dificultaria a comparação das modificações ao longo dos anos posteriores. Assim, utilizou-se o mesmo corte para os dados de Comércio Exterior.

8 Considerou-se como “indústria extrativa” as seções V e XV do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias. A soma dos demais considerou-se “Outros”. Essa metodologia foi aplicada nas demais informações relativas ao Comércio Exterior desse trabalho.

9 Contrapontos a essa escolha repetida em outros países latinos, além do Brasil, são realizadas em Furtado (1974) e Prebisch (1963).

10 Considerou-se como “indústria extrativa” a seção B da Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 que congrega 45 subclasses. A soma das demais seções considerou-se como “Outros”. Essa metodologia foi aplicada nas demais informações relativas ao trabalho.

11 Optou-se pela utilização de salários mínimos para fins de comparação sobre a real modificação ao longo do tempo do poder de compra dos salários dos setores produtivos e de serviços. Salários mínimos considerados: 2007 - R\$380 (Lei 11.498/2007); 2010 – R\$510 (Lei 12.255/2010); 2015 – R\$788 (Decreto 8.381/2014); 2018 – R\$954 (Decreto 9.255/2017).

12 Cabe salientar que não fora considerado empregos indiretos, assim como o encadeamento produtivo que a atividade primária pode resultar. Ver sobre em North (1955 e 1959).

13 Cf. <http://servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf>. Acessado em 09 abr 2020.

14 ‘Mapa de Conflitos da Fiocruz’. Disponível em: <https://cutt.ly/TtZg0jS>. Acesso em: 09 abril 2020.

15 Cf. O Estadão. **Vale:** STF determina retorno das operações na usina de níquel Onça Puma. Disponível em: <http://twixar.me/3V3T>. Acesso em: 09 abr. 2020.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, C. Producción social del ambiente construído y sus escalas espaciales: notas para uma teoría acerca de las acciones y decisiones de sujetos concretos. *In*: FERNÁNDEZ, V.; BRANDÃO, C. (Orgs.). **Escalas y políticas del desarrollo regional: desafíos para América Latina**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2010, p. 241-272.
- CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto de século XX**. São Paulo: UNESP, 2002.
- CASTRO, I. O problema da escala. *In*: CASTRO, I.; CORRÊA, R.L.; GOMES, P.C. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1995.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo: 2008**. Goiânia: CPT Nacional–Brasil, 2008.
- CRUZ NETO, R. Aspectos da mineração da Vale em Ourilândia, Pará. **Portal EcoDebate**, 2008. Disponível em: <http://twixar.me/TY3T>. Acesso em: 09 abr. 2020.
- FERNANDES, F.; ALAMINO, R.; ARAÚJO, E. **Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos**. Rio de Janeiro: Cetem/MCTI, 2014.
- FIOCRUZ (PA). **Mineração de níquel contamina rio e povo Xikrin no Sudeste do Pará**: mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil. 2020. Disponível em: <http://twixar.me/6P3T>. Acesso em: 09 abr. 2020.
- FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nacional, 1974.
- GUEDES, L. M. **Deslocamento compulsório de agricultores familiares por empresas mineradoras: o caso do projeto Onça Puma no município de Ourilândia do Norte–Pará**. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - PPGAA/NCADR/UFGA. Belém, 2012. 108f.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiteritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2003.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2000.
- MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- NORTH, D. Agriculture in regional economic growth. **Journal of Farm Economics**, v. 41, n. 5, p. 943–951, 1959.
- NORTH, D. Location theory and regional economic growth. **The Journal of Political Economy**, v. 63, n. 3, p. 243–258, 1955.
- OLIVEIRA, L.M. Desenvolvimento para quem?: conflitos entre empresa de mineração e os índios Xikrin do Cateté no sudeste paraense. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 19., 2019, Florianópolis-SC. **Anais [...]**. Florianópolis-SC: UFSC, 2019.
- PREBISCH, R. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- SALGUEIRO, E. Arquivo, memória e resistência da luta camponesa: a constituição do acervo da comissão pastoral da terra e sua atuação no sul do Pará. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 8., 2017, Maringá-PR. **Anais [...]**. Maringá-PR, 2017. p. 944-953.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1988.

SILVEIRA, M. Escala geográfica: da ação ao império? **Terra Livre**. São Paulo: AGB, v. 2, n. 23, p. 87-96, 2004.

WANDERLEY, L. Movimentos sociais em área de mineração na Amazônia Brasileira. **E-cadernos CES** [Online], n. 17, p. 56-84, 2012.

Referência Complementar

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2012.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. **Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.